



Imagem: Luan Barros

Apresentação de dança foim em São Gabriel da Cachoeira

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM) – AS MARGENS DO ALTO RIO NEGRO

Luan Barros

São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, é um dos lugares mais surpreendentes a conhecer no Brasil. Até a cidade, são 850 quilômetros desde Manaus, subindo o Rio Negro em direção à Colômbia. O trajeto pode ser feito em quatro dias de barco ou 3 horas no disputado voo que sai da capital do estado dia sim, dia não. No caminho, a Floresta Amazônica em sua pujante existência. Percorrem-se quilômetros de selva fechada, que deixam maravilhado o viajante que não conhece a magnitude da Amazônia e que demarca a fronteira do novo universo aonde se vai chegar. No primeiro contato com a cidade, encontra-se um centro urbano, onde a maioria dos 30 mil habitantes pertence a, aproximadamente, 20 diferentes etnias. É a comunidade com maior percentual de população indígena no Brasil, com 85% de habitantes indígenas. Diferentes entre si, convivem desde o século XVII com os brancos, entre militares, servidores públicos, membros de ONGs e religiosos.

Já na entrada da cidade, as boas-vindas estão impressas nas três línguas oficiais: tukano, baniwa e nheegatu. Entretanto, o número de línguas faladas na região chega a aproximadamente 20, em razão da diversidade dos grupos que habitam as margens dos rios Negro, Uaupés e Içana. Seu território se estende pelo leito desses rios e vai até as regiões que fazem fronteira com Colômbia e Venezuela. São centenas de comunidades ribeirinhas, marcadas por diferentes sistemas sociais tradicionais e complexos, nos quais descendentes de diferentes etnias e origens linguísticas convivem em uma mesma comunidade. Todas elas, no entanto, travam uma espécie de luta na lida com a sociedade nacional e sua cultura hegemônica. Tensão cultural que se prolonga desde a chegada dos primeiros habitantes não nativos ao local.

A cidade é urbanizada e cresceu muito nos últimos anos, em boa parte devido ao aumento gradativo do contingente militar na região, que conta com diversas bases para a proteção da fronteira e da floresta. A vinda dos militares com suas famílias fez crescer a circulação de dinheiro, beneficiando principalmente os comerciantes. Outro fator que determinou o crescimento da população urbana de São Gabriel foi o fluxo de migração das comunidades indígenas, que saíam de suas comunidades mais afastadas em busca de escola para os filhos, trabalho e alimento. Paradoxalmente, a floresta naquele ponto nunca garantiu a plena sobrevivência aos povos nativos. O Rio Negro tem águas ácidas, devido ao acúmulo de folhas que caem das árvores, e com isso não garante a pesca em quantidade suficiente para alimentar as comunidades. Além disso, o solo ácido reduz as possibilidades de plantio. Sua subsistência depende da agricultura rudimentar, principalmente no cultivo de mandioca. Aos brancos a renda é garantida por salários e empregos, e o acesso ao consumo, que promove uma movimentação no comércio e no mercado imobiliário, também é assegurado. Já aos povos indígenas, além de suas pequenas roças, restam os programas sociais de aposentadoria e Bolsa Família, principais fontes de renda para manter-se.

imagem: Luan Barros





Festa de São João na Ilha das Flores, em São Gabriel da Cachoeira

Nos últimos anos, o fluxo de migração para a cidade diminuiu em razão de algumas ações empreendidas pelas organizações indígenas. Em 1987 foi criada, pelos próprios índios, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), que teve papel fundamental na regulamentação das terras, em trabalho conjunto com a Fundação Nacional do Índio (Funai), ligada ao governo federal, e o Instituto Socioambiental (ISA), ONG com diversos trabalhos na região do Rio Negro. Com a demarcação das terras indígenas ao norte da cidade e a criação de diversas escolas à margem dos rios, muitas comunidades puderam seguir habitando as áreas distantes. De fato, ainda que os empregos e o acesso a mercadorias tenham influência, a educação sempre foi o principal motivo de deslocamento. A antropóloga Cristiane Lasmar, que estudou a área e seus conflitos culturais por anos, observa o seguinte sobre o processo: “Quanto ao contrafluxo, ou seja, a cultura ocidental subindo o rio [sobre as escolas instaladas nas comunidades ribeirinhas e demais centros de trabalho construídos pelos “brancos”], eu o vejo como algo muito positivo, na medida em que permite que os índios façam suas escolhas sobre o que querem absorver da tecnologia dos brancos sem que precisem para isso abrir mão da vida na comunidade, que eles tanto prezam. De outro modo, a única via possível para ter acesso a essas benesses seria a mudança para a cidade. Agora, em que medida essa tecnologia acarretará transformações em seu modo de vida, só o futuro dirá. E cabe a eles gerenciar esse processo”.

A diminuição do fluxo migratório não é o único papel desempenhado pelas escolas situadas nas comunidades ribeirinhas. As lideranças de alguns povos propuseram, para estas, um novo modelo educacional, no qual fossem valorizados os aspectos tradicionais da cultura indígena. O melhor exemplo é a Escola Piloto Tariana, que formou seus primeiros alunos neste ano. Os membros desse grupo étnico temiam pela morte de sua língua e de seus costumes, pois poucas pessoas ainda carregavam esses conhecimentos. Foi idealizado, então, um currículo escolar que priorizasse o ensino na língua tariana e que também incluísse estudos de história e cultura indígena. Com o sucesso do projeto, agora a discussão passa a ser sua ampliação.



imagem: Luan Barros

Festa de São João na Ilha das Flores, em São Gabriel da Cachoeira

Os problemas são diversos para a ampliação do projeto. Primeiro, porque a nova grade curricular precisa de aprovação do Ministério da Educação, por meio de uma penosa burocracia. Mas também não há consenso dentro da própria comunidade indígena sobre os caminhos a seguir. Madalena Baniwa, que trabalha na Foirn como coordenadora da área de educação, participou da Primeira Conferência Municipal de Educação e relatou que existem muitas dificuldades para a implantação de um plano para o método de ensino nas escolas das comunidades. “Já temos duas escolas piloto funcionando com ensino em língua indígena, mas não conseguimos chegar a um consenso. Por exemplo, ainda há gente, das próprias comunidades, que acha que o ensino deve ser em português, que esse é o caminho para progredir. É difícil, mas ao menos o processo foi iniciado.”

No século passado, os índios viram nas missões salesianas uma saída para compreender a cultura “branca” e assim poder ao menos dialogar com estes. As missões, além de levar parte da cultura ocidental até o alto Rio Negro, demonizaram a cultura local, deixando marcas profundas nas comunidades. Os padres tinham uma postura autoritária e intransigente em relação às bases de sua cultura, especialmente a língua e, claro, a religiosidade. Nas escolas salesianas, os alunos pegos falando sua língua nativa eram castigados publicamente e perdiam pontos. Já nas comunidades, os xamãs e os ritos liderados por estes foram paulatinamente enfraquecidos por outra lógica.

Todavia, os religiosos representam apenas parte da questão no diálogo intercultural. Mais além dos problemas que geraram, principalmente na autoestima da população, existe certa dificuldade natural para o índio encontrar sua posição dentro da ordem “branca”. Sua cultura, oral e dinâmica, tem dificuldades para mesclar-se com conceitos ocidentais, como documentação, burocracia e registro técnico da história.

Apesar da maioria indígena quase absoluta em São Gabriel (estima-se que 85% da população tenha essa origem), apenas em 2008 foi eleito o primeiro prefeito provindo das comunidades. Pedro Garcia e André Fernando (vice-prefeito, formando a única dupla de origem indígena a governar no Brasil), tariano e baniwa, respectivamente, foram eleitos após anos de articulação, que remete à fundação da Foirn. “Os índios desconfiam deles próprios, acham que só quem tem dinheiro pode governar, tem as condições. Foi difícil demonstrar o contrário, ainda que a cidade seja predominantemente indígena. Somos muito imaturos na ordem política dos brancos”, afirma Garcia em entrevista.

O paradigma cultural indígena funciona sob outra ordem e valores, e não há o devido tempo para a integração. Menos ainda para uma junção equilibrada, na qual se preservem os costumes tradicionais. Nesse ponto, os mais bem intencionados projetos podem encontrar resistência, como no caso da implantação de Pontos de Cultura no alto Rio Negro. A proposta para levar internet e equipamentos digitais para a região é muito bem-vista, mas foram encontrados diversos

problemas para sua implantação. Para entrar na comunicação digital, os indígenas solicitaram, muito além de treinamento técnico, tempo para se adaptar à nova linguagem. Sua cultura não é de registros documentais, mas orgânica e oral. Escolher o que documentar, e como, é tarefa que não pode ser realizada no curto prazo. Contar histórias sob essa dinâmica é parte da cultura ocidental. Cristiane Lasmár, em sua entrevista, também aborda esse ponto, lembrando que “os índios são agentes de sua história e possuem suas próprias motivações. Com ética e respeito, o diálogo intercultural só pode ser uma coisa boa. Em geral, essas instituições respondem a demandas dos grupos indígenas. E, mesmo que de fato em alguns casos elas possam propor formatos e usar estratégias de convencimento, se não houver um desejo genuíno dos índios de experimentar esse novo código, tudo cairá rapidamente no esquecimento e os impactos não serão importantes. Do mesmo modo como nós podemos aprender muita coisa com eles. É importante notar que as culturas indígenas se transformam também. Uma cultura rica e complexa, como a dos índios do alto Rio Negro, não se produz de uma hora para outra, ela é resultado de um acúmulo de gerações, interações, trocas, reelaborações. Assim como a nossa, a cultura deles continuará se transformando, quer queiramos ou não. O interessante – e desejável – é que ela se transforme num sentido que atenda às suas expectativas sobre o futuro, garantindo o bem-estar das novas gerações”.

Existe uma boa metáfora para a cultura dos índios, que vem dos sermões de padre Vieira, pioneiro no contato com os nativos brasileiros. Dizia ele que há culturas de mármore e outras de murta. As de mármore são difíceis de moldar, mas, uma vez com forma, faça chuva ou

Prefeito Pedro Garcia

imagem: Luan Barros



sol, mantêm-se sólidas. Já as de murta podem ser moldadas, mas, com o tempo, vão tomando forma própria. A “alma selvagem” do índio é assim, de murta. Por mais que as missões religiosas tentassem moldar aquele povo de acordo com seu paradigma, tudo tomava forma própria, diferente do que tentou esculpir o “jardineiro”.

Por isso, os rituais tradicionais, na prática, seguem existindo, mas foram transportados para as datas de celebrações católicas e adaptados conforme o possível. Alguns pontos seguem, como as danças e o caxiri (bebida fermentada consumida em celebrações indígenas), além da duração das festas por dias a fio. Numa visita à comunidade da Ilha das Flores, que fica ao norte da cidade e com acesso apenas pelo Rio Negro, ficou claro o sincretismo resultante do contato entre as duas culturas. A comunidade, que tem aproximadamente dez famílias de origem baré, festejava o dia de São João. A festa estava cheia, com visitantes de outras comunidades. Mesmo louvando um santo católico, os baré dali passaram três dias celebrando a data com algumas de suas tradições, como o consumo de caxiri, a dança e os rituais, como a derrubada do mastro (foto na pág. 126). A mesma data havia sido celebrada dias antes em São Gabriel, onde os alunos participavam do concurso de quadrilha, típica tradição “branca”. Mas a dança e as representações eram todas adaptadas à sua forma de expressão, tomando uma forma singular, e híbrida, bem diferente da habitual, de origem francesa.

A questão indígena, tão falada mas pouco compreendida, segue aberta. Enquanto poucas pessoas se interessam sobre suas demandas, a cultura segue dinâmica, transformando-se de acordo com o cenário. Não há volta para o que foi perdido, mas seu modo de pensar e sua linguagem, pontos cruciais, seguem orientando os caminhos. Certo é que a escultura tomará forma diferente da que idealizou o jardineiro de padre Vieira. Ser uma minoria num contexto em que representam a maioria é um desafio que inúmeros projetos e processos socioculturais para e com os povos indígenas procuram resolver.

Para saber mais sobre as comunidades de São Gabriel da Cachoeira, a melhor introdução é o mapa-livro *Povos Indígenas do Rio Negro*, editado pela Foim em parceria com o ISA. Outra boa leitura que trata da passagem dos índios para o mundo dos brancos é *De Volta ao Lago de Leite*, de Cristiane Lasmar.

Luan Barros

Formado em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC Minas), em 2003, depois de passagem pela Universitat Autònoma de Barcelona. Produz textos, fotografias e documentários. Tem trabalhos que vão desde performances audiovisuais até programas para a TV.

Contato: luanbarros@gmail.com.